

## ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO

Arabeia Campos Oliven  
Faculdade de Educação da UFRGS

Segundo o MEC, existem atualmente 17 milhões de analfabetos no Brasil e este número, em vez de diminuir, aumenta em cada ano, em 2,8%. Mas não é apenas o fato de não saber ler, que torna alguém analfabeto, Analfabeto é apenas aquele indivíduo que não sabe ler numa sociedade letrada.

Um membro de uma tribo isolada não lê; no entanto não se poderia afirmar que o mesmo seja analfabeto, pois ele pode muito bem estar integrado na sua cultura sem saber ler, nem escrever.

Numa sociedade como a brasileira, ninguém é analfabeto por eleição. O analfabetismo em nossa sociedade é, pois, uma forma de marginalização do indivíduo; é uma barreira ao exercício de sua cidadania.

Gostaria de salientar, também, que o sucesso ou o fracasso da alfabetização é vivenciado na escola. Se é fato que algumas crianças das classes privilegiadas já iniciam o 1º ano semi-alfabetizadas, a maioria das crianças das classes trabalhadoras, cujos pais, muitas vezes, são analfabetos, só contam com a escola para vencer a difícil tarefa da alfabetização.

Portanto, não se pode pensar em alfabetização sem inserir este processo no contexto escolar. Por esta razão, procuraremos, aqui, analisar os mecanismos internos da escola do ponto de vista sociológico.

Enquanto as desigualdades sociais, em termos de oportunidades de vida e distribuição de poder, eram consideradas naturais (um homem nascia servo, outro senhor), a explicação das mesmas tinha um caráter sagrado. Com a aceitação do princípio de que os homens são iguais por natureza, as desigualdades sociais passam a ser questionadas e estudadas. Cria-se, assim, um clima para a explicação sociológica.

Dentro da teoria sociológica, uma corrente considera que as desigualdades sociais se devem à complexidade da sociedade moderna. Nesta perspectiva, que enfatiza o estudo do consenso para a compreensão da realidade social, as desigualdades são vistas como diversidade necessária, assegurada, inclusive, pela educação na sua função diversificadora. As desigualdades têm, portanto, um caráter complementar, orgânico, integrador.

Para os autores que se filiam a esta corrente, as relações entre os diferentes grupos sociais são retratadas de maneira harmônica e contribuindo para o equilíbrio estável da sociedade. Este posicionamento teórico, de perspectiva funcionalista, privilegia o "status quo" e tem sido bastante criticado pelo seu caráter conservador e pelas limitações de sua interpretação a-histórica das relações sociais.

Outra corrente considera as desigualdades sociais como decorrência das relações de produção e dominação: existe, é claro, consenso social, mesmo em sociedades bastante desiguais, mas é ele, em grande parte, o fruto da coação que a classe dominante exerce sobre os demais grupos sociais. A unidade social, neste caso, não é vista como a integração harmônica de interesses comuns, senão como "um compromisso instável que cristaliza alguns conflitos e gera outros novos" (Graciarena, 1971, p. 254).

Este posicionamento teórico dá ênfase ao estudo da dinâmica social, ou seja, à análise dos mecanismos utilizados pelas classes sociais para a tomada ou manutenção do poder.

Conhecido como a teoria do conflito, este último enfoque nos parece mais rico para o entendimento da relação educação e sociedade, já que os ideais proclamados, referentes à igualdade de oportunidades educacionais, não se têm concretizado nem mesmo nas sociedades mais desenvolvidas.

Do ponto de vista sociológico, não tem sentido a questão: — O que a educação deveria ser? A sociologia analisa o que a educação tem sido e o que ela pode vir a ser, considerando-se uma realidade sócio-econômica e política concreta. Sociologicamente, pois, a educação não pode ser definida em termos ideais, isto é, como algo abstrato da realidade social na qual se insere.

É uma constatação histórica que a educação — em termos de valores transmitidos, alvos educacionais e técnicos para atingir estes objetivos — tem variado conforme época e lugar.

Na medida em que as sociedades se transformam, altera-se também a educação, que passa a refletir novas necessidades sociais. Se tomarmos como referência a teoria do conflito, a noção de necessidade social pode ser interpretada de maneira diversa, conforme o interesse e a visão dos grupos que disputam o poder. No entanto, a classe dominante está em posição privilegiada para utilizar-se da escola como agência de socialização que atua no interesse da dominação de classe. Esta dominação é muitas vezes mais forte quanto mais sutis forem os mecanismos de coação utilizados para atingir o "consenso" social.

Nas sociedades capitalistas o consenso a ser atingido através da inculcação recebida na escola é antes de tudo a aceitação das regras da ordem econômica e social burguesa. Esta é, portanto, uma função implícita do sistema de ensino. Desta forma, a desigualdade da estrutura operacional hierárquica, que caracteriza a sociedade industrial de nossos dias, reflete-se no sistema educacional,

que tem cada vez mais assumido de forma explícita a função da qualificação da força de trabalho.

Para que o processo de industrialização se desenvolva nos moldes do capitalismo monopolista, torna-se cada vez mais necessário formar uma reduzida "massa crítica" altamente treinada para assumir as posições de liderança na sociedade. Paralelamente, grande parte da população deve estar preparada para executar atividades manuais que requerem um certo grau de formação técnica, ou desempenhar atividades não manuais de rotina, trabalhos estes de caráter subordinado.

É necessário que os privilegiados da elite, os quais formarão a "massa crítica" da sociedade, desenvolvam independência, capacidade de liderança, criatividade, cultura geral, etc.... Para a massa da população, a obediência, pontualidade, disciplina, formação técnica são valores mais importantes a serem transmitidos. A divisão social do trabalho na nossa sociedade beneficia, pois, uma pequena elite que se distancia cada vez mais, em termos de oportunidade de vida e detenção de poder, da grande massa de trabalhadores.

Para que esta realidade não entre em choque com os ideais de igualdade proclamados pela sociedade burguesa, a escola é apresentada como um canal de mobilidade social que, em sua função de seleção, formação dos estudantes e alocação dos mesmos na estrutura ocupacional, estaria cumprindo um papel neutro, isto é, descompromissado com as classes sociais, simplesmente premiando os indivíduos mais capazes.

É importante frizar, aqui, que o ideal da mobilidade, ascensional, através da educação, é utilizado; justamente para dar legitimado às desigualdades sociais.

Na Sociologia da Educação, encontra-se uma corrente, bastante em voga hoje em dia, que procura enfatizar o papel da escola como uma instituição mantenedora de padrões e portanto reprodutora das desigualdades sociais.

Esta perspectiva privilegiada, de forma quase absoluta, a função controladora da educação.

Dentro desta perspectiva, a burguesia tem na escola a sua principal aliada. A ação pedagógica desenvolvida na escola, tanto pelo modo como se impõe, como pelo conteúdo daquilo que impõe, corresponde aos interesses objetivos das classes dominantes.

Esta ação pedagógica, tem sempre a função de manter a ordem. Ela alcança este objetivo através de um sistema de inculcação direta ou de exclusão indireta, baseado num processo de seleção com ou sem exames. Assim o trabalho pedagógico, tende a impor o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante nos membros das classes dominadas e fazê-los internalizar a disciplina e a censura como auto-disciplina e auto-censura. O trabalho pedagógico é desta forma um melhor substituto da coerção física.

Citando Bourdieu & Passeron (1975, p. 218), a escola

“confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos, quanto em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse”.

Bourdieu ampliou o debate sobre a educabilidade e desmascarou a pretendida neutralidade que a escola costumava proclamar para si mesma. Em outras palavras, aquilo que a escola usualmente rotulava como desigualdades individuais de dons, passou a ser visto como desigualdades sociais, que a escola mantém e reforça.

A visão da escola como reproduzora do sistema social é importante na medida em que ela desvenda muitos dos mecanismos ocultos através dos quais o papel da escola tem sido o de fazer aceitar uma ordem social injusta, sem questioná-la.

No entanto, esta visão do sistema educacional como simples agente de reprodução social, se assumida integralmente, torna-se reacionária na medida em que não abre espaço para a mudança social, tornando-se, desta forma, politicamente desmobilizadora.

Uma outra contribuição importante, na análise dos mecanismos internos da escola é a de Baudelot e Establet. Para estes autores (1971, p. 233): “não há um sistema único de escolarização, mas, na verdade, dois sistemas opostos de escolarização”.

A existência destes dois sistemas assegura a divisão dos indivíduos em dois pontos antitéticos da sociedade, e é fruto da divisão entre trabalho manual e intelectual que tem se aprofundado atualmente, tornando-se um dos principais instrumentos para a exploração do trabalho produtivo.

Assim a escola não oferece o mesmo ensino a todas as crianças. Citando estes autores:

“A proclamada função de ensinar a ler e escrever é dominada pela função da escola de dividir. É uma questão de dividir primeiro, aprender depois ou preferível e simultaneamente a de dividir através do ensino” (Baudelot & Establet, 1971, p. 224).

Estes argumentos desmascaram o papel democratizante que tem sido atribuído à escola. Assim o desenvolvimento e expansão do sistema educacional no seio da sociedade burguesa não tem suprimido a situação de oposição entre a classe dominante e a dominada em relação à escola. Nem mesmo a extensão da escolaridade implicaria uma maior democratização uma vez que, dentro desta perspectiva “a divisão não ocorre no fim da escolarização compulsória mas, na verdade, desde o seu início” (Baudelot & Establet, 1971, p. 271).

Baudelot e Establet seguem o pensamento de Althusser ao perceber o sistema educacional como sendo um aparelho ideológico do Estado. A escola estaria desempenhando na sociedade capitalista o mesmo papel legitimador das desigualdades sociais que a Igreja cumpriu na sociedade feudal.

Os referidos autores são, no entanto, menos deterministas. Para eles, o sistema educacional é hierárquico tendo no ápice aqueles que planejam a política educacional, nas posições intermediárias o pessoal administrativo que controla o sistema e, na base, o professor que leva a efeito o trabalho pedagógico.

Devido à sua posição no sistema educacional, o professor goza de um status ao mesmo tempo subordinado e privilegiado, na medida em que está mais exposto às contradições do sistema.

Desta forma, os professores podem agir ou como agentes de reprodução social reforçando os mecanismos de segregação dentro da escola, ou com elementos que lutam por uma sociedade mais igualitária.

O professor, pois, deve ter sempre presente que a educação, ao reproduzir as desigualdades sociais, reproduz, também, as contradições sociais. É, pois, no espaço criado por estas contradições que tem sentido a reflexão e a prática pedagógica.

Aqui cabe destacar a contribuição de Paulo Freire, seguramente um dos maiores educadores brasileiros, que analisa a concepção bancária da educação como instrumento de opressão e contrapõe a este tipo de educação a concepção problematizadora da educação, que leva à prática da liberdade.

A educação bancária procura transformar a mentalidade dos oprimidos e não a sua situação de opressão, para assim assegurar as relações de dominação dentro da sociedade.

A educação libertadora, com base no diálogo, na comunhão com as massas, na organização com as mesmas e na síntese cultural "implica na superação da contradição educador-educando de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos" (Freire, 1979, p. 67) e unidos lutem pela transformação da sociedade.

Para finalizar gostaria de enfatizar que:

— Se a escola fosse apenas uma agência a serviço da burguesia, as classes populares não reivindicariam maiores oportunidades educacionais, e são, justamente estas classes que lutam, e muitas vezes imigram do campo para a cidade, a fim de que seus filhos possam estudar.

— Por outro lado, se a escola fosse uma agência de reprodução tão eficiente para a manutenção das desigualdades sociais, como procuram fazer crer alguns autores, as classes dominantes não deixariam tantas crianças sem escola.

Portanto, é necessário unir esforços e lutar por mais escolas e melhor ensino para todas as crianças brasileiras, inclusive para os milhões de analfabetos, que se encontram marginalizados em nosso país.

Se a pedagogia e a metodologia do ensino podem ajudar o professor na sua tarefa didática, não se deve esquecer que o problema do analfabetismo não é um problema exclusivamente pedagógico, mas antes de tudo uma questão política.

Alfabetizar é um ato público.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAUDELOT, C. & ESTABLET, R. *L'école capitaliste en France*. Paris, Maspero, 1971.
2. BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. *A reprodução; elementos de uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975.
3. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
4. GRACIARENA, J. *O poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina*. São Paulo, Mestre Jou, 1971.